



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☒ REQUERIMENTO Número 551 /XI (1 .ª) AR

☐ PERGUNTA Número /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

10 106 09

O Secretário da Mesa

Assunto: Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de Outubro – Sistema Nacional de Intervenção Precoce

Destinatário: Ministério da Educação

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Assunto: Sistema Nacional de Intervenção Precoce

Na última década do século passado Portugal iniciou o desenvolvimento do sistema de intervenção precoce de forma a potenciar e mobilizar todos os recursos disponíveis no âmbito de uma política de integração social moderna e justa.

Na realidade com a aprovação do Despacho Conjunto nº 891/99, de 19 de Outubro, pelos Ministérios da Educação, da Saúde, do Trabalho e da Solidariedade, deu-se um avanço significativo no âmbito da regulamentação dos serviços de Intervenção Precoce (IP) anteriormente existentes, a título de projectos piloto, definindo aspectos fundamentais para a conceptualização e operacionalização do modelo de Intervenção Precoce, no qual o trabalho em equipa, a parceria com as famílias, bem como a elaboração dum documento escrito de suporte, constituíam aspectos determinantes para a implementação

10/10/09



do modelo referido. Outra das suas qualidades residia, quanto a nós, na clara definição da importância da articulação e actuação concertada de três sistemas fundamentais na intervenção junto das crianças em risco e respectivas famílias: sistema de saúde, sistema da educação e da acção social.

A partir do momento em que foi publicado, criaram-se as condições para um “reordenamento” das práticas de intervenção precoce anteriormente existentes, em função dum modelo conceptual comum e cientificamente fundamentado, aspecto extremamente vantajoso para uma eventual correcção das enormes assimetrias que se verificavam nos apoios prestados a crianças com deficiências ou em risco de desenvolvimento, por todo o país.

Infelizmente a prática mostrou que não foi homogéneo ao longo do País a concretização e disponibilidade efectivas do sistema de intervenção precoce regulamentado pelo despacho conjunto nº 891/99.

O Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de Outubro veio criar o novo Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIP), o qual, nos termos do número 1, do artigo 1º daquele mesmo diploma, consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, *com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas actividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento.*

O SNIPI é desenvolvido através da actuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com envolvimento das famílias e da comunidade, consistindo num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



A intervenção precoce assenta na universalidade do acesso, na responsabilização dos técnicos e dos organismos públicos e na correspondente capacidade de resposta., instituindo-se três níveis de processos de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento da criança e da adequação do plano individual para cada caso, ou seja, o nível local das equipas multidisciplinares com base em parcerias institucionais, o nível regional de coordenação e o nível nacional de articulação de todo o sistema.

A intervenção precoce, delineada nestes termos, é um instrumento político de suma importância, orientado para a concretização do direito à participação em sociedade das crianças entre os 0 aos 6 anos, *com alterações nas funções do corpo* que limitam a participação nas actividades típicas para a respectiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias.

O SNIPI, tal como se encontra delimitado nos termos do referido Decreto-Lei n.º 281/2009, tem como objectivos declarados (*vide* artigo 4º daquele diploma):

- a) Assegurar às crianças a protecção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades, através de acções de IPI em todo o território nacional;*
- b) Detectar e sinalizar todas as crianças com risco de alterações ou alterações nas funções e estruturas do corpo ou risco grave de atraso de desenvolvimento;*
- c) Intervir, após a detecção e sinalização nos termos da alínea anterior, em função das necessidades do contexto familiar de cada criança elegível, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento;*
- d) Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas da segurança social, da saúde e da educação;*
- e) Envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social.*



Sabemos como nos afirma a pedopsiquiatra Teresa Goldsmith, citada por Ana Mafalda Inácio (2002), que *“o tempo da criança não volta atrás. É o que se pode fazer em certo momento que fica e que vai servir de alicerce para o futuro”*.

Assim considerando que diagnosticar e acompanhar antes e após o nascimento as situações de risco, bem como intervir na melhoria da relação mãe-filho e pai-filho, são meios eficazes para melhorar a saúde e o bem-estar das crianças, potenciar o seu bom desenvolvimento psicomotor e prevenir os maus tratos, as(os) deputadas (os) que abaixo assinam, consideram fundamental acompanhar desde o início a eficaz e diligente instalação do sistema a nível nacional.

Por outro lado, desde o ano 2000, como projecto piloto, foi implementado o programa “Nascer Cidadão”, que veio a ter instalação generalizada a partir de 2007, o qual assegura já a possibilidade aos pais de efectuar, ainda na Maternidade e após o nascimento, o registo dos filhos no Registo Civil, através de meios electrónicos em pelo menos 45 unidades de saúde do território nacional, possibilitando desde logo um mecanismo de detecção e acompanhamento de situações de risco quer no âmbito da saúde quer no âmbito social.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis vimos, pelo presente, requerer ao Governo:



Através do Ministério da Educação os seguintes elementos:

- a) Mapa da rede de agrupamentos de escolas de referência para IPI que integrem docentes dessa área, com referência ao número de professores e outros profissionais e crianças/famílias abrangidos pelo presente regime (vide artigo 5º, número 2, alínea c) do Decreto-Lei n.º 281/2009);
- b) Informação sobre o grau de articulação com sistemas de sinalização precoce nomeadamente no âmbito da saúde (designadamente o programa “Nascer Cidadão”) e da segurança social.”.

Através do Ministério da Saúde os seguintes elementos:

- a) Indicação da metodologia utilizada e dos esforços realizados para assegurar a detecção, sinalização e accionamento do processo IPI, nomeadamente, no que diz respeito à articulação do SNIPI com o programa “Nascer Cidadão”.
- b) Indicação de quais as equipas de coordenação regional criadas, bem como indicação da sua localização geográfica e o quadro de profissionais designados para as mesmas;

Através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social os seguintes elementos:

- a) Listagem dos acordos de cooperação celebrados com IPSS e equiparadas ao abrigo do disposto no parágrafo i), da alínea a), do artigo 5º do Decreto-Lei

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



n.º 281/2009 de 6 de Outubro, bem como breve resumo com os objectivos dos mesmos;

b) Indicação de quais as equipas de coordenação regional criadas, bem como indicação da sua localização geográfica e o quadro de profissionais designados para as mesmas.

Palácio de São Bento, 09 de Junho de 2010.

Deputado(a)s:

Manoel de Brito Gomes

João José